

A ARS em números 2018



Índice

- 4 Introdução
- 7 Equipa ARS
- 9 Monitorização de Mega Riscos
- 14 Sessões do Think Tank
- 19 Iniciativas
- 29 Conferências e artigos
- 33 Próximos passos

Introdução

Caros Amigos,

nos últimos meses talvez tenham a impressão de que comunicamos menos, isso deve-se **ao nosso foco em obter resultados** nas prioridades de segurança e de desenvolvimento regional que guiam a ARS:

1) Consolidação Democrática,

2) Soluções Progressivas de Sustentabilidade.

O nosso objectivo fundamental é obter resultados nestes temas que identificámos em conjunto e

colaborando com todos os sectores da nossa comunidade, deixar que o trabalho fale por nós.

Convidamo-los por isso, a descobrir o que fizemos em 2018 através deste relatório de actividades; mas antes, aproveitamos a oportunidade para relembrar a importância destes dois pilares de acção da ARS. De seguida no relatório apresentamos os resultados que temos vindo a obter, as respostas que temos vindo a promover, os desafios que temos vindo a encontrar e no final os passos que iremos dar em 2019.

1) Consolidação democrática

Porque é que é tão importante?

Hoje, o desenvolvimento global caracteriza-se por uma sociedade cada vez mais complexa, a caminho de um paradigma de escassez de recursos e com desigualdades extremas; mas também por um grande crescimento dos países emergentes, por um enorme potencial tecnológico e por uma vontade colectiva de sustentabilidade. Numa perspectiva europeia, assistimos à acumulação de uma série de riscos geopolíticos: crise de refugiados, invasão da Crimeia, Brexit, a eleição do Donald Trump e o agravamento da polarização política europeia, com destaque para o movimento dos Coletes Amarelos. Estes fenómenos completam um quadro de riscos de todos os quadrantes geográficos

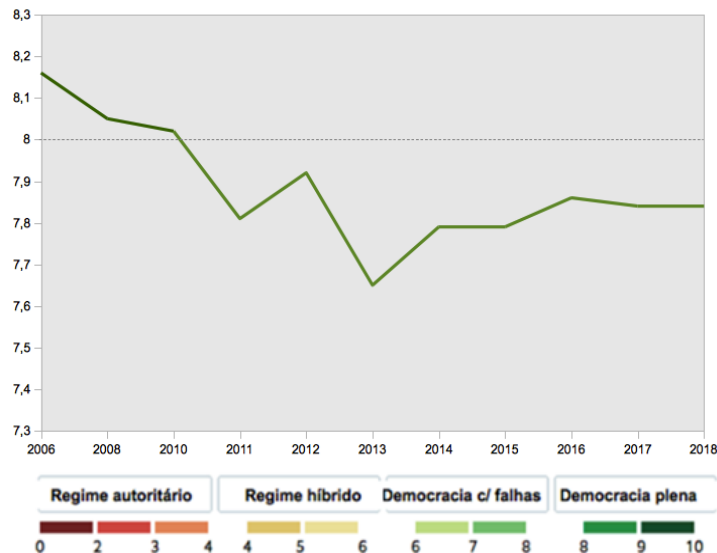
(Norte, Sul, Este e Oeste) mas também no centro da Europa. O desenvolvimento caracteriza-se pois, por um contexto de crise crónica, o que implica um aumento dos receios sociais e políticos e do potencial de conflito. Este contexto exige que os governos se pautem pela Justiça e pela Integridade (i.e. pela não corrupção), das quais decorre a Legitimidade do Estados. Estes factores são factores críticos de estabilidade social em contextos de crise. Concretamente e no caso português, a promoção destes factores de estabilidade, constitucionalmente previstos, pode ser definida como a promoção da consolidação da democracia e é fundamental para a segurança do país.

¹ Resultados baseados no Índice de Democracia Global da The Economist Intelligence Unit, que avalia 60 indicadores em 5 categorias chave (Processo eleitoral e pluralismo; Funcionamento do governo; Participação política; Cultura política democrática, Liberdades civis)

Risco: Recessão Democrática

Fig.1 Índice de Democracia em Portugal¹

Fonte: The Economist Intelligence Unit, 2018



Resposta: Agência Cívica de Rating

Monitorização da Pressão da Banca no Interesse Público

Monitorização da Integridade nas Finanças Públicas

2) Soluções Progressivas de Sustentabilidade

Porque é que são tão importantes?

Em 1950, por cada ser humano existiam cerca de ~ 1650 m³/ano de água potável disponível para consumo, em 2020 existirão perto de ~ 660 m³/ano (Rockstrom, et. al. 2009 ; UN Population Division, 2018)¹. Dois terços da população mundial vivem em áreas onde há escassez de água, pelo menos 1 mês por ano e 25 % dos aquíferos mundiais já estão em estado de sobre-exploração (UN Water, 2019)². Há portanto que interiorizar que a humanidade vive também em crise relativamente ao seu elemento mais fundamental à sobrevivência.

Para o efeito 193 países membros das Nações Unidas aprovaram unanimemente a agenda de transformação para a sustentabilidade, que inclui 17 objectivos de sustentabilidade, nomeadamente água segura e acessível para todos. Dado que o passo do desenvolvimento insustentável é acelerado, é fundamental que as estratégias a promover, não só contribuam para a sustentabilidade, mas também que o ritmo de implementação e resultados das mesmas superem o ritmo da degradação ambiental que se verifica.

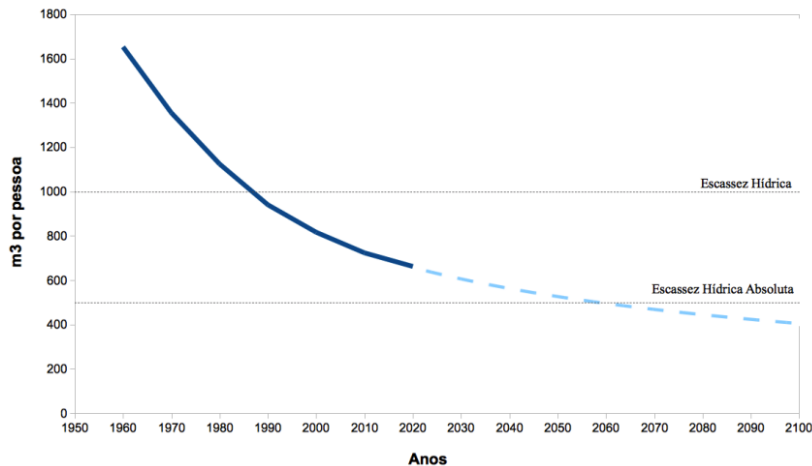
¹ Por água potável disponível para consumo entende-se: o valor per capita da reserva anual disponível (~ 5000 km³/ano) dentro dos limites ecológicos de remoção de água do sistema hídrico doce (Rockstrom et. al., 2009 "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity"). i.e. Reservas de Consumptive Blue Water, água doce que não é devolvida ao mesmo sistema hídrico em condições de reutilização ou de todo.

² PUN Water 2019, *Water Scarcity Facts and Figures* <http://www.unwater.org/water-facts/scarcity/#> acedido a 10 de Março, 2019

Risco: Escassez Hídrica

Fig. 2 Reservas globais de água doce consumível (m³/cap/ano)

Fonte: UN Population Division, 2018; Rockstrom et. al. 2009; UN Water, 2019



Resposta: Construção de Segurança Hídrica Regional

Promoção da segurança hídrica de longo prazo:

- Plano estratégico
- Compromisso intergeracional
- Enquadramento de acompanhamento e comunicação de performance
- Projecto educativo, técnico/profissional e de desenvolvimento empresarial

Equipa ARS



Luís Coruche
Presidente/
Gestão de Projecto



Raquel Ferreira
Designer de
Comunicação

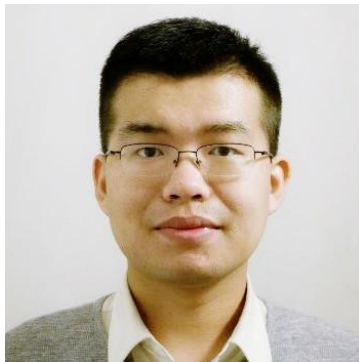


Joana Sacristão
Assistente de
Comunicação
(Estágio)

Parceria com Mestrado Europeu de Dinâmica de Sistemas



Iris Claessen
Gestão
Internacional



Wang Zhao
Modelação e
Software



Igor Oliveira
Inovação e
Resiliência



Monitorização de Mega Riscos



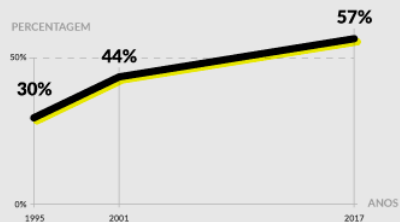
Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa

MAPA GLOBAL DOS BANCOS G-SIBS*

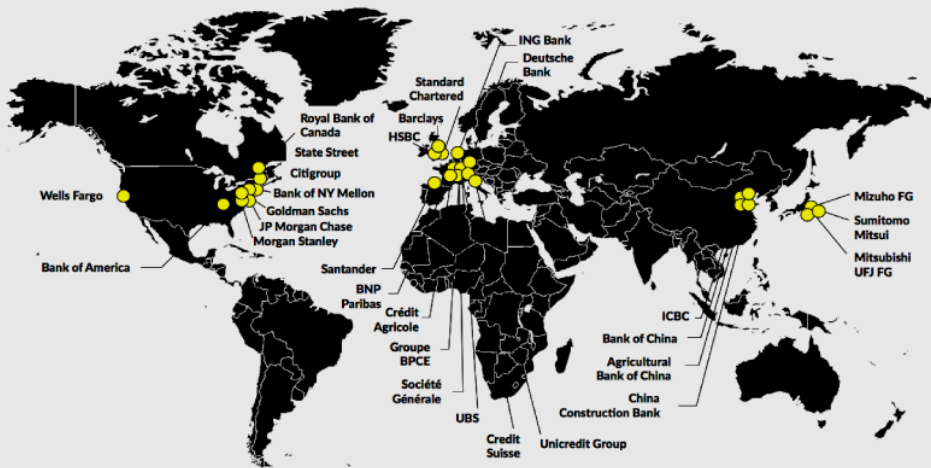
Mapa actualizado dos 29 bancos classificados como G-SIBs em 2018.

EVOLUÇÃO DO PESO SISTÊMICO

Total de activos* / PIB Mundial



*Total da propriedade que os bancos detêm ou controlam, da qual esperam retirar rendimentos. Itens da folha de balanço do banco que demonstram o total da sua propriedade. Fonte: Total de activos nominais - Estimativa a partir de amostra representativa, respectivos relatórios anuais de 11 bancos seleccionados aleatoriamente, N=30 (1995, 2000, 2016); PIB Mundial em \$US actuals - Banco Mundial (2017)

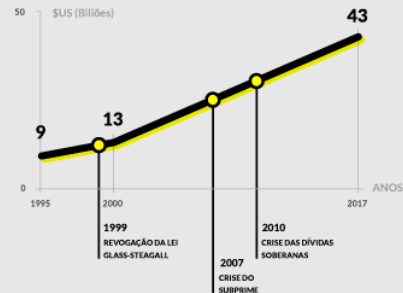


*Bancos de Importância Sistémica Global, genericamente designados "Too big to fail"

Fonte: Financial Stability Board (FSB), Banco de Compensações Internacionais (BIS) (2018)

EVOLUÇÃO DOS ACTIVOS

Activos dos G-SIBs em biliões de \$US nominais



Fonte: Total de activos nominais - Estimativa a partir de amostra representativa, respectivos relatórios anuais de 11 bancos seleccionados aleatoriamente N=30 (1995, 2000, 2016); PIB mundial em \$US actuals - Banco Mundial (2017); Jennings, Marianne M. "Ethics and Financial Markets: The Role of the Analyst" (2013); Associação para a Resiliência da Região de Lisboa "Causas, consequências e mitigação das crises de 2007/08 e das dívidas soberanas" (2015)

EVOLUÇÃO DA BANCA DE IMPORTÂNCIA SISTÊMICA GLOBAL

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO GLOBAL

Factores Determinantes (1995 - 2007)

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A Internet, a automação de processos e outros desenvolvimentos em tecnologias de informação permitiram uma agregação de actividades bancárias à distância, a aceleração dos processos financeiros e um aumento de produtividade sem precedentes. Esta evolução, associada à posterior desregulamentação, traduziu-se em lucros e riscos sem precedentes.

DESREGULAMENTAÇÃO

Durante as décadas de 80 e 90 nos EUA, através do lobbying político, a economia com maior peso global desregulamentou todo o tipo de barreiras legais à excessiva interdependência do sistema financeiro. Culminando com a revogação da lei que separava a banca comercial da banca de investimento (Lei Glass-Steagall 1999). O sector, agindo pela revogação das barreiras regulatórias entre produtos, instituições, mercados e jurisdições complexificou o sistema financeiro de forma insustentável e tornou-se um meio de difusão exponencial de risco.

ALTERAÇÕES INSTITUCIONAIS



Estes factores determinantes levaram a uma alteração do panorama institucional financeiro que ficou maior, mais diverso, interconectado e complexo. Levando ao crescimento acelerado dos Bancos de Importância Sistémica (G-SIBs) e ao aparecimento de novas instituições financeiras *Private Equities*, *Hedge Funds*, etc. Esta alteração contribuiu para um aumento exponencial de actividades equiparáveis à Banca fora dos perímetros de regulação (Banca Obscura) e tornou-se num sistema complexo e meio ideal para a difusão exponencial de risco.

Fonte Adaptado de Rajan, Raghuram G. "Has Financial Development Made the World Riskier?" (2005)

Disclaimer: Esta cronologia consiste num levantamento das principais histórias históricas do sistema financeiro e o interesse público. Efecto, especialmente a partir do trabalho da Dr.ª Marianne M. Jennings "Ethics and Financial Markets: The Role of the Analyst" no contexto das EUA e complementada com outras referências chave relativas à questão. Pode por isso conter omissões, em particular relativas a outros países. Este levantamento foi também feito por profissionais que não são das áreas legais ou financeiras, através da tradução e síntese simples do conteúdo de trabalhos especializados, por consequente, poderá ter imprecisões ou eventualmente erros. Comentários e correções são bem-vindos. "Departamento de Direito e Ética de Negócios na Universidade do Estado do Arizona (EUA)"

CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS TENSÕES ENTRE O SECTOR FINANCEIRO E O INTERESSE PUBLICO

Este levantamento permite-nos agrupar o desenvolvimento destas tensões em 4 períodos genéricos de lógica de regulação do sector financeiro:

- 1º Período (538 a. C. - 1500 d. C) Dissuasão Teológica e Filosófica
- 2º Período (1500 - 1929) Evolução, Aprendizagem e Regulação
- 3º Período (1929 - 1980) Regulação, Ética Legal e Profissional
- 4º Período (1980 - ...) Desregulação, Défice Ético e Desresponsabilização.

A autora do artigo principal sublinha que por mais complexos que sejam os dilemas éticos os profissionais do sector podem resolvê-los respondendo a 3 simples questões:

- Isso é legal?
- Isso é honesto?
- E se fosse eu a estar do outro lado?

538-332 a. C. Referência Bíblica a boas e más práticas financeiras
"Quando fazeres uma compra ou venda a alguém do vosso povo, não vos exploreis uns aos outros" Levítico 25:14

70 d. C. Referência no Talmud a boas e más práticas financeiras
"Compradores e vendedores devem falar com sinceridade e não devem esconder factos uns dos outros... Compradores e vendedores são obrigados a divulgar factos relevantes" que possam mudar a decisão ou os termos da transacção. "Aqueles que detêm posições de confiança devem evitar conflitos de interesse (perseu no seu dever). E sempre errar ao apropiar-se da propriedade de outros não se pode ignorar." As pessoas devem lidar de forma justa e equitativa entre si"

325 d. C. Proibição da usura = Primeiro concílio cristão
"Qualquer um que for encontrado a receber usura será deposto do seu cargo, seu nome será retirado da lista" (Concílio de Niceia (actual Irak, Turquia) - Cântico 17)

632 d. C. Referência Alcorânica a boas e más práticas financeiras
"L" não exijas juros a dobor e a retribuir e teme a Deus para que possas prosperar" Al Corão (Terceria Revelação Al-furcan, versos 130-2)

c. 1226 Evidência de usura sistemática em Pádua
(Sermões de Santo António de Lisboa, em Pádua)

c. 1500 Um dos primeiros filósofos de Ética de Negócio
(Rabi Obadiah Ben Jacob Sforno; Itália, 1470-1550)

1637 A primeira bolha especulativa moderna = Especulação das Tulipas
Perante uma elevada procura de Tulipas, gerada pelo facto da flor ser essencialmente inovadora na Europa, os mercados começaram a vender promessas de entrega, i.e. Futuros de Tulipa. Apesar da oferta estar muito limitada a venda de Futuros continuou até o bofo de Tulipa chegar a valores hiper-inflacionados, ter um peso económico sistémico e até a procura desvanecer. Nesse momento, não só houve uma correcção para valores reais, como os vendedores se mostram incapazes de cumprir as promessas de Futuro gerando um colapso económico. (Holanda)

1720 Bolha especulativa dos Mares do Sul
A companhia South Sea (Mares do Sul) consistia numa parceria pública/privada que detinha o monopólio do comércio no Pacífico Sul e foi criada para consolidar e reduzir os custos da dívida nacional do Reino Unido. Na prática emitiu títulos de dívida pública sobre os quais, intencionalmente ou não, não havia um racional entre a quantidade de títulos, o valor da dívida pública e a capacidade da empresa gerar receita. Estes títulos foram amplamente vendidos com garantias de rendimento dadas pela Coroa, estando contudo a financiar de forma especulativa a dívida pública do Reino. Quando a procura estagnou, houve uma correcção efectiva do valor dos títulos (menos 80%) e uma depressão económica generalizada. Este caso é demonstrativo que os colapsos se dão em primeiro lugar por falta de entendimento generalizado de certos princípios de mercado e falta de regulação. (Reino Unido)

1792 Nascimento da "Wall Street"

1792 Aquisição alavancada (Leveraged buyout LBO) - Clube dos 6%
Nesta data, o dono de uma plantação e um especulador inovaram e juntaram-se e contraiu dívida suficiente para comprar 4% de todos os bancos de Wall Street, com o objectivo de influenciar os valores dos bancos e posteriormente venderem as acções por um lucro. O mercado bancário enquanto isso estrou devido a uma redução dos pedidos de empréstimo e de subsequentes dividendos para banco. "Os sócios não conseguiram reaver o investimento e pagar as dívidas, levando ao longo dos bancos que lhes emprestaram os fundos inicial, a economia em geral e causando uma indignação pública generalizada. (EUA, Nova York)

1843 Evidências de esquemas de pirâmide na indústria seguradora
A data, o escritor Charles Dickens escreveu um romance inspirado na sua experiência de vida nos Estados Unidos. Neste menciona uma personagem e empresa ficcional que se é baseada em observações reais de Esquemas de pirâmide. "Nestes esquemas fraudulentos não existe a venda de um produto ou serviço concreto, mas sim um artifício financeiro de agregação de "investidores" em tanto de uma fonte de receitas que se resume ao pagamento de dividendos aos primeiros "investidores" (topo da pirâmide) por parte dos últimos "investidores" (base da pirâmide). (EUA)

1873 Pânico na Bolsa de Nova York = Bolha dos caminhos de ferro
Este episódio revelou um sentimento especulativo positivo relacionado com a grande expansão de infra-estruturas nos Estados Unidos. No entanto, a par com muitos outros bancos, o National City Bank (predecessor do actual Citigroup) continuou a promover o investimento e construção de infra-estruturas de caminhos de ferro, apesar de saber que já não havia necessidade para as construir. O banco vendia os títulos com o argumento "Todos os títulos de investimento em caminhos de ferro que tenham sido adquiridos em 1873 são de investimento de 'first'" "Quando a bolha estourou mais de 10.000 empresas de caminhos de ferro faliram e o desemprego ao nível nacional aumentou e manteve-se nos 14% durante um longo período de tempo. Houve um sentimento de revolta popular e mudança de parte política. Tal levou a passagem da primeira Lei sobre valores mobiliários nos EUA (Estatuto Estadual Anti-fraude. Março 1911, EUA, Nova York)

1906 Primeiras notícias na opinião pública "Demasiado grandes para regular" (Too big to regulate) relativamente aos bancos. (EUA)

1913 Audições no Congresso sobre o comportamento da banca na crise dos caminhos de ferro. (EUA)

1914 Passagem da Lei Clayton = Primeira Lei Federal relativa aos conflitos de interesse e complexidade da Banca (EUA)

1920 O esquema de Charles Ponzi
Ponzi percebeu que poderia comprar Cúpulas Internacionais de Resposta Postal em Espanha por 1 centavo e que conseguiria pagar esses cupões nos Estados Unidos por 6 centavos. Com base neste esquema promoveu a uma série de investidores um retorno de 50% (no espaço de 45 dias) sobre os fundos que lhe confiassem e dedicou-se a comprar cupões a fiar com o lucro que lhe cabia. Contudo a oferta dos cupões em Espanha era escassa e de forma muito procura pelo que resolveu essa diferença pagando aos primeiros investidores com o dinheiro gerado pelos novos participantes, depois de tirar a sua margem. A necessidade de pagar aos primeiros investidores com o dinheiro de novos investidores ficou claro que a situação não só se tornou especulativa como insustentável.

1929 Crash da Bolsa de Nova York
No sector financeiro dos Estados Unidos, antes do colapso, as empresas começaram a recorrer a terceiros para se capitalizarem. Os bancos criaram fundos de investimento, emitindo portfólios de títulos destas empresas com promessas de estabilidade, sem o devido fundamento. Frequentemente criamos risco, indesejados prejuízos, investidores não eram pagos, e a par das informações completas da transacção e da natureza do mercado. Em paralelo, os bancos receberam a dívida e repetidamente, adquiriam vastas quantidades de títulos de atenuação para inflacionar o valor dos mesmos e para depois os vender em com lucros significativos (Aquisição alavancada). A prática permitiu e permitiu-se o mercado e o lucro e a falta de regulação. Em 1929, um gestor de liquidez firmo de investimento Paul Cabot usou um artigo de opinião que "L" a desonestidade, desatenção, incompetência e ganância" iriam resultar em "L" desastre e desgraça. Em Outubro o mercado colapso resultando na Grande Depressão e num sentimento de revolta popular. O índice Dow desceu até um mínimo de menos 89% em 1932.

1932 Audições no Congresso (Pecora Hearings)

1933 Lei Glass-Steagall
Em março Franklin D. Roosevelt declarou que Wall Street é incapaz de se auto regular e precisa de reforma. De seguida o congresso passa a lei de regulação Bancária (Glass-Steagall entre outros e não ao seguinte cria a Security and Exchange Commission, (equivalente à Comissão de Mercados e de Valores Mobiliários).

1947 Criação da Federação de Analistas Financeiros (EUA, Canada)

1959 Criação do Instituto Nacional de Analistas Certificados (EUA)

1962 Adopção do Código de Ética dos Analistas Certificados (EUA)

1968 Desregulação dos limites às comissões e incentivos dos correctores e traders (EUA)

1980 Lei de Desregulação das Instituições de Depósitos e de Controlo Monetário (EUA)

1986 Insider trading, Aquisição alavancada e desmantelamento (Boesky e Milken)
Neste ano, o banqueiro especialista em fusões e aquisições Ivan Boesky, através

de informação privilegiada e legal, obteve de um associado júnior de um escritório de advogados, dedicação à compra de acções. Como se tal não bastasse, em conjunto com outro banqueiro de investimento utilizavam os fundos e a contratação de dívida para comprar empresas factas que simulavam más aquisições. Quando sucedeu desmantelaram as empresas e venderam os seus bens. Boesky recebeu uma multa de 10 milhões de dólares do ano lectivo da universidade de Berkeley no qual disse: "Agradia não far mal... agradia a si mesmo". Boesky e Milken foram considerados culpados e pagaram 100 a 600 milhões de dólares respectivamente em penalizações.

1988 Base I = Primeiras disposições do Comité de Supervisão Bancária de Basileia

Acordos de regulação financeira de âmbito global definidos essencialmente pelo conjunto de presidentes dos Bancos Centrais do G10. (Âmbito Global)

1988 Lei de Responsabilização por Insider Trading e Fraude com Acções e Títulos

No final da década de 80 a Wall Street Journal fez uma sondagem em que 76% dos inquiridos que investiam na bolsa disseram acreditar que o insider trading era comum entre os profissionais de Wall Street.

1989 Lei de Reforma, Recuperação e Responsabilização de Instituições Financeiras (EUA)

1990 Conflitos de interesse na Banca de Investimento

Dado o papel dual dos bancos de investimento, enquanto agregadores de investimento de gestores de fundos e intermediários das emissões de títulos de empresas, há várias dúvidas que se colocavam: questões relativas à gestão de potenciais conflitos de interesses nestes processos... Isto é o conflito potencial e a pesquisa objectiva necessária para avaliar a qualidade de um dado investimento e a segurança dos seus clientes e a possível deformação dessa mesma análise para beneficiar certos emissores de títulos de empresas: bancos clientes. Tais conflitos de interesses viriam a ter um papel potencial na Bolha dos Dot com no ano 2000 na crise do Subprime em 2008. Tal é uma questão que ainda hoje se mantém.

1999 Revogação da Regulação pós Crash de 1929 (Glass-Steagall) e Lei de Modernização dos Serviços Financeiros (Gramm-Leach-Bliley Act)

2000 Crash da Bolha Dot-com
Em 1980 o rácio de recomendações de Venda vs Compra dos analistas financeiros de bancos de investimento era de 3/1, em 1999 era de uma recomendação de Venda para cada 48 de Compra. O mercado estava populoso de conflitos de interesse e os analistas usavam a fornecer pesquisa de acordo com os interesses do "brag" de venda de títulos dos bancos. Em público a dizer que um dado título era excepcional enquanto em privado diziam exactamente o contrário. No ano que antecedeu o colapso destas empresas tecnológicas, estas eram listadas em bolsa sem mostrarem um único ano de rendimentos.

2003 Acordo extra-judicial (Merrill Lynch)
Na sequência do caso dos Dot-com o Procurador Geral de Nova York não processou o Citigroup por ter influenciado analistas em troca de favores e influência, processou contudo a consultoria Merrill Lynch chegando a um acordo extra-judicial de 100 milhões de dólares.

2004 Base II - Segundas disposições do Comité de Supervisão Bancária de Basileia

Acordos de regulação financeira de âmbito global definidos essencialmente pelo conjunto de presidentes dos Bancos Centrais do G10. (Âmbito Global)

2007 Colapso do subprime = Grande Recessão

A revogação da Lei de Glass-Steagall permitiu aos bancos a "paralel" que havia sido criada entre bancos comerciais e de investimento de forma a não expor os depositos aos riscos associados à banca de investimento. Com esta barreira removida o carácter e a estrutura dos bancos de investimento mudaram, assim como o tamanho e a natureza do mercado de hipotecas dos EUA. Entre 1990 e 2006, a dívida hipotecária de habitação quadruplicou e os empréstimos subprime (de alto risco) aumentaram para 25% do total de investimentos em hipotecas. Em 2006 a taxa de não cumprimento destas hipotecas aumentou de 4% para 30%. Mais de 75% das hipotecas subprime ou gignados no primeiro trimestre de 2007 haviam sido encapotecadas e vendidas como títulos (MBS, mortgage-backed securities) aos países, as Agências de Rating deram a classificação mais elevada. Entre 2001 e 2006 o bónus médio de Wall Street aumentou de US \$ 74.140 para US \$ 190.600. Em 2008 as perdas financeiras das instituições norte americanas totalizaram US \$ 3,6 triliões e 26 milhões de Americanos

perderam o emprego.

2010 Lei de Reforma de Wall Street (Dodd-Frank) Lei de Protecção do Consumidor, Criação do Conselho de Supervisão da Estabilidade Financeira.

2010 Crise das Dívidas Soberanas Europeias
O colapso económico nos EUA, e consequentemente na Europa (EU) devido as interligações dos investimentos financeiros, gerou uma espiral reactiva que se estendeu aos títulos de dívidas soberanas. Ficou extremamente difícil para os Estados europeus (em particular os mais vulneráveis e endividados) financiar, sem as taxas de juros baixas e querendo se a confiança relativa à certeza de que estes Estados poderiam vir a pagar as dívidas e baixo se o seu rating. Tal levou à necessidade de um pacote de incentivo financeiro comum de 5% do PIB da UE que se revelou muito insuficiente face à dimensão da crise. Subsequentemente foram impostas ao grupo de países mais vulneráveis (Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha) medidas de austeridade que levaram a uma desvalorização do trabalho e que uma retração grave dos apoios e serviços sociais.

2011 Escândalo da Taxa Libor

A Taxa Libor (London Inter Bank Offered Rate) é uma Taxa de Juro indexada à concessão de empréstimos inter-bancários, compilada a partir das declarações dos próprios bancos sobre as taxas de juro que esperam pagar a ter com os bancos por empréstimos a contrair. É a taxa de juro que está vinculada a mais activos em todo o sistema financeiro (US \$ 500 triliões sendo por conseguinte um indicador de estabilidade financeira crítico e pode nas suas subidas ou baixas beneficiar ou prejudicar criticamente agentes financeiros e económicos. Em Abril de 2008 o Wall Street Journal começou levantar questões sobre o rigor com que os principais bancos estavam a reportar a taxa de juro que esperavam pagar a outros bancos. Em 2011 iniciaram-se investigações relativas à deflação da taxa por parte de Bancos com importância sistémica, como forma de reinar mais dividendos de transacções e de dar uma maior aparência de solvência. Num processo legal submetido em Singapura verificou-se a existência de um cartel inter-bancário que controlava a taxa de juro das suas necessidades relativas a manipulação desta taxa e que envolvia o Deutsche Bank, Royal Bank of Canada; estando também implicados outros instâncias o Barclays Bank, J.P. Morgan e Citigroup.

2012 Início do processo de União Bancária na EU

2013 Base III = Terceiras disposições do Comité de Supervisão Bancária de Basileia
Regulamentos de âmbito global dedicados, a partir de 2009, essencialmente pelo conjunto de presidentes dos Bancos Centrais do G20. (Âmbito Global)

Referências Bibliográficas
Banco Internacional de Compensações "Basel Process Overview", Acessado a 8 de Novembro de 2018

Costa, A.; Caidas, J.C. "A União EU e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade" (2013) Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado à U. Coimbra

"High Court lifts selling order on RBS documents"; Asa One, Acessado a 8 de Novembro

Jennings, Marianne M. "Ethics and Financial Markets: The Role of the Analyst" (2013) Chartered Financial Analysts Institute of Literature Review

Tan, Andrea (26 de Setembro 2012). "RBS Instant Messages Show Libor Rates Skewed for Traders". Bloomberg, Acessado a 8 de Novembro de 2018



**Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa**

www.ars-rlx.org
agenciavivaciderating@zoho.eu

PRINCIPAIS COMPONENTES DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Sociedade Civil



O.S.: Órgão de Soberania



**2º
SECTOR**

Privado, empresarial, tem como objectivo a troca de bens e serviços com vista ao lucro



**3º
SECTOR**

Social, não-governamental, tem como objectivo a resposta privada a necessidades públicas, com vista ao lucro não económico

Do grego antigo demos (povo) + kratia (reger). Em termos gerais, trata-se de um tipo de governo ou sistema político pertencente ao povo, organizado pelo povo e promovido para o povo.

Numa democracia, os cidadãos têm poder para participar activamente no sector político e autoridade no processo de tomada de decisões. A democracia implica a separação de poderes executivo e legislativo, liberdade de crenças e de expressão.

DEMO CRA CIA

RE PÚBLICA

Do latim res (coisa ou assunto) + publicus (público), uma república é uma coisa ou assunto público, que pertence ao povo.

Numa república o poder supremo é detido pelo povo e seus representantes eleitos, bem como um presidente eleito ou nomeado

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Grau em que os membros de uma sociedade exercem os seus direitos, consagrados constitucionalmente, a proceder a um conjunto de actos e de atitudes que aspiram influenciar, de forma indirecta ou directa, o exercício de poder no sistema de políticas públicas.



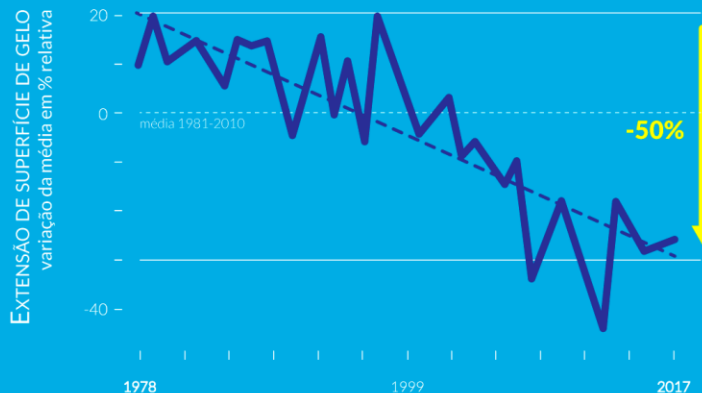
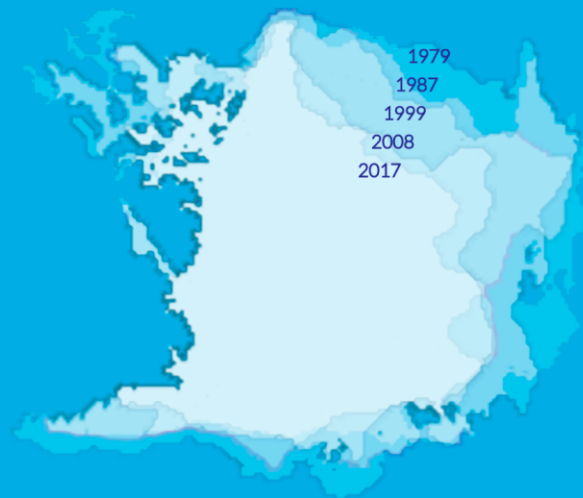
www.ars-rlx.org

4 ESTÁGIOS DE ALIENAÇÃO DEMOCRÁTICA:

- 1º** Cidadão consciente da sua exclusão do processo democrático, das condições que o excluem e dos meios para ultrapassar essa condição. Determinado a ultrapassar esta condição.
- 2º** Cidadão consciente da sua exclusão do processo democrático, das condições que o excluem e dos meios para a superar, mas não determinado em ultrapassar essa condição.
- 3º** Cidadão consciente da sua exclusão do processo democrático, não consciente das condições que o excluem e dos meios para superar essa condição.
- 4º** Cidadão não consciente da sua exclusão do processo democrático, das condições que o excluem e dos meios para superar as mesmas

EXTENSÃO DO GELO ÁRTICO

Fonte: National Snow & Ice Data Center (USA); Arctic Report Card 2017, Arctic Program

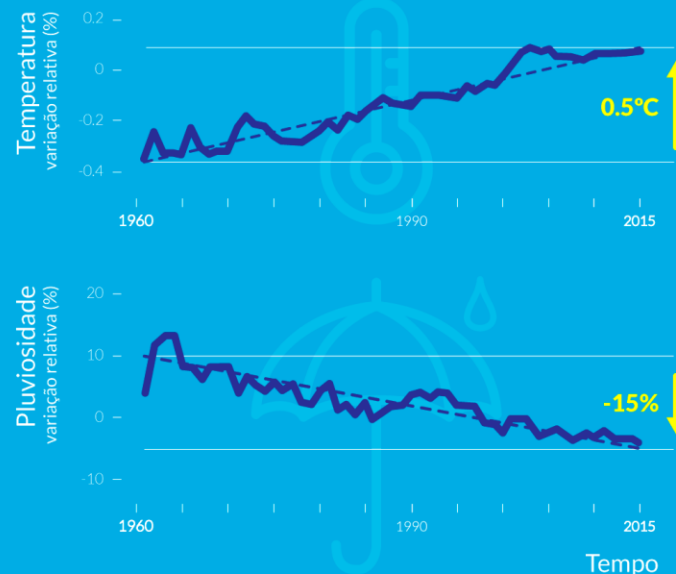


Variação percentual da média de extensão do gelo ártico entre 1978 e 2017, medida nos meses de Setembro.

TEMPO

VARIAÇÕES CLIMÁTICAS (LISBOA)

Fonte: R. Monjo et al 2017, Projecto RESCUE "Relatório Final de Cenários Climáticos"



Projeções de variação de Temperatura e Pluviosidade, com correcção de enfiamento, com base no modelo climático RCP4.5 e nas observações da normal climatológica 1986-2015.



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa



Sessões Think Tank



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa

Think Tank

Sessão Think Tank 3



Think Tank

Sessão Think Tank 3

A fim de construirmos soluções para a melhoria da cultura política e de serviço público do país, promovemos um debate sobre integridade democrática.

Com os contributos da sociedade civil, de especialistas e de organizações como a Transparência e Integridade - TI-PT e a Academia Cidadã, ficaram claras as necessidades de:

A) Monitorizar, colaborativamente, os impactos da banca no interesse público e a integridade da administração das finanças públicas.

B) Agir eficazmente por reformas políticas fundamentais.




À esquerda: João Costa – Academia Cidadã, ao centro: João Paulo Batalha – Transparência Internacional (Portugal), à direita: Luís Coruche – Presidente ARS, em debate no auditório da Livraria Ler Devagar

Think Tank

Sessão Think Tank 4

Think Tank 4




Apresentação e debate

DEFENDER A ÁGUA

5 Julho 18h45 - 20h15
Auditório Quidgest


**APRESENTAÇÃO DO INDEX
DE RESILIÊNCIA DA REGIÃO
DE LISBOA**


INICIATIVA




Think
Tank

APOIO





cohort eight (EMSO)



MC
Caixinha
Des. Consultadoria e Fiscalidade

Think Tank

Sessão Think Tank 4

Em parceria com um grupo do Mestrado Europeu de Dinâmica de Sistemas, apresentámos um modelo de ponta para a análise hídrica da região de Lisboa. Este permitiu elaborar e estudar um cenário de crise como forma de identificar as questões prioritárias e caminhos a seguir.

Concluímos que a nossa segurança depende, em primeiro lugar, de uma atitude proativa e acelerada perante o risco; que todos os sectores têm um papel e que o Estado tem que liderar pelo exemplo.



Apresentação de Luís Coruche – Presidente ARS, no auditório da Quidgest



Iniciativas



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa

Agência Cívica de Rating

Monitorização Cívica do Sistema Financeiro

Visite o site em www.agenciaticivaderating.org



The image shows a screenshot of the Agência Cívica de Rating website. The top navigation bar includes icons for home, search, and social media, along with the text "APOIE-Í!" and "INDIGADO". The main content area features a large circular logo with the text "AGÊNCIA CÍVICA DE RATING" and "2014". Below the logo, the text reads "MONITORIZAÇÃO CÍVICA DA PRESSÃO DA BANCA NO INTERESSE PÚBLICO E DA INTEGRIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS".

Below the website screenshot is a video player showing a world map with callouts for bank growth percentages by continent (1995-2014). The data is as follows:

Conteúdo	Porcentagem
Bank of China	+563%
Banco do Brasil	+1707%
Bank of India	+729%
IC Bank of China	+1212%
Bank of China	+1028%
Bank of China	+154%

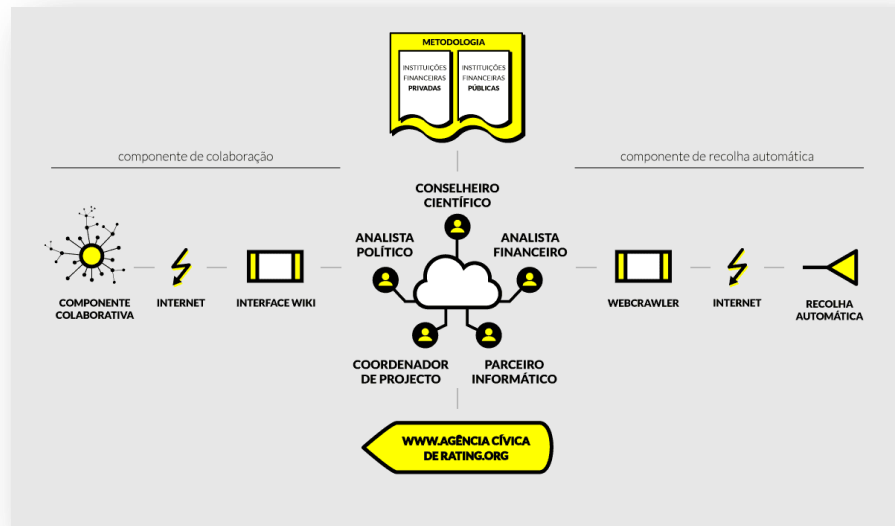
The video player includes a play button, a progress bar, and a Vimeo logo. Below the video player, there is a list of credits and a section with five yellow circular buttons labeled "O QUE?", "PORQUE?", "COMO?", "QUANDO?", and "COORDENAÇÃO CIENTÍFICA".

Agência Cívica de Rating

Uma plataforma digital e comunidade unidas na monitorização da pressão do sistema financeiro no interesse público.

Através de indicadores de boas e más práticas esta ferramenta permitirá:

- 1 - Criar uma pressão construtiva sobre a reputação dos actores envolvidos**
- 2 - Dar um suporte objectivo à advocacia e acção por reformas políticas fundamentais**
- 3 - Dar informação crítica ao consumidor para a escolha do seu banco**
- 4 - Contribuir para restaurar uma lógica de responsabilização que se perdeu**



Arquitectura da Agência Cívica de Rating

Agência Cívica de Rating

O grupo de trabalho da Agência está a desenvolver uma análise sistémica para identificar e responder às questões prioritárias que sociedade precisa de ver respondidas, relativas ao comportamento dos Bancos e da Administração Pública.

Processo de investigação resultará:

- A) Na identificação de 6 indicadores sistémicos para a Banca**
- B) Na identificação de 6 indicadores sistémicos para as Instituições Públicas**
- C) Na avaliação qualitativa de cada instituição com base nos ditos indicadores e em relação aos períodos 2005-2010, 2010-2015, 2015-2020.**

METODOLOGIA AGÊNCIA CÍVICA DE RATING

PARTE I – BANCOS

Luís Coruche; Hugo Figueiredo.
Associação para a Resiliência da Região de Lisboa
Agradecimentos: Luís Mab* ; João Paulo Batalha**
*Instituto Superior de Economia e Gestão, **Transparência e Integridade

"As opções económicas não são meras questões de défice ou de taxas de crescimento, mas sim questões de sobrevivência."

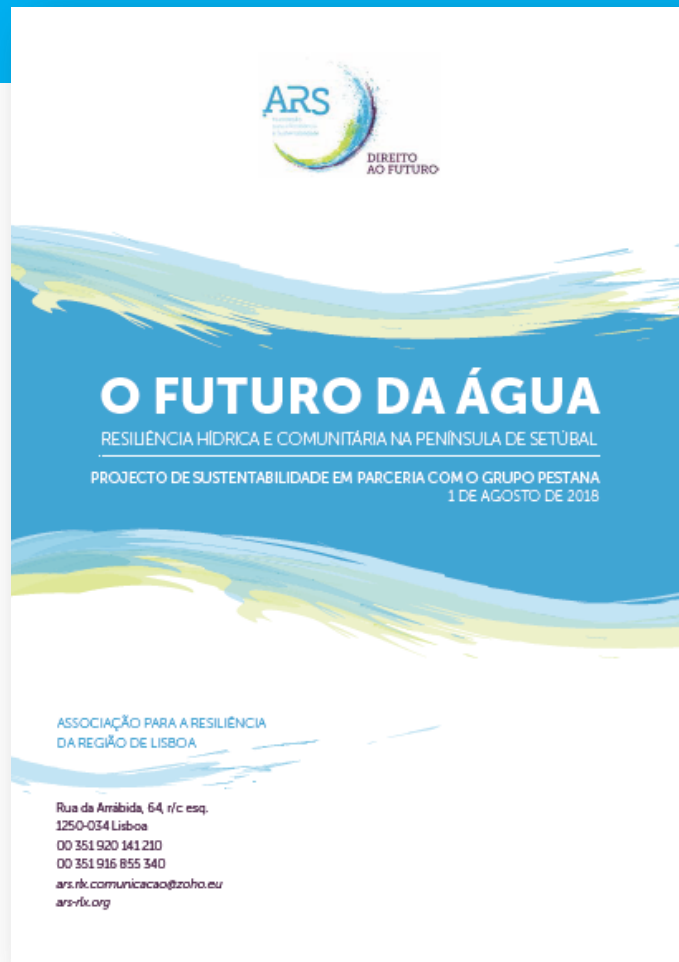
Stuckler, D; Basu, S. (2014)ⁱ

I - INTRODUÇÃO

O desencadeamento de crises financeiras severas com origem na banca obriga ciclicamente nações a programas de reequilíbrio económico e de resgateⁱⁱ. Estes programas na prática não tratam apenas do reequilíbrio de défices ou taxas de crescimento, mas tratam também de questões de vida ou de morte para os cidadãos e para as famílias destas naçõesⁱⁱⁱ. Na prática as externalidades de colapsos financeiros (globais, regionais ou locais) induzem nos indivíduos e nas sociedades afectadas "cadcias de adversidades"^{iv}. Isto é, um padrão verificável que passa pela a) perda de emprego, b) falência, c) perda de casa, d) degradação das condições de saúde física e mental (frequentemente depressão) e por vezes e) suicídio^v. Tal constitui um "preço" social a ser devidamente considerado nos ditos programas e em particular na responsabilização das entidades com responsabilidades no fenómeno.

O Futuro da Água

Proposta de parceria de sustentabilidade

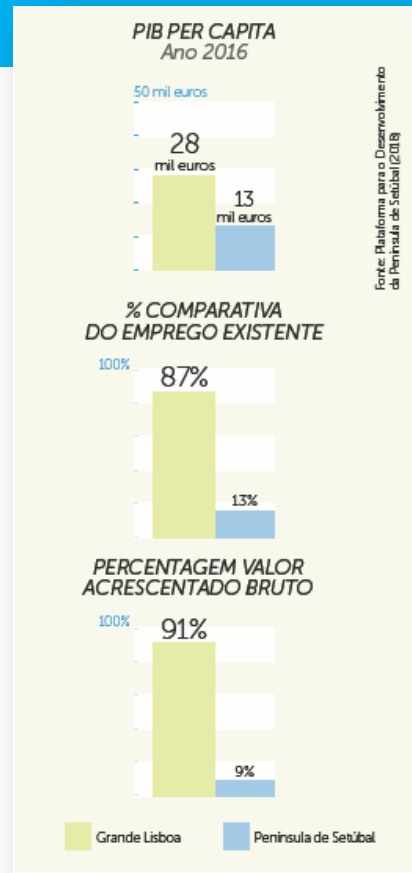


O Futuro da Água

Proposta de parceria de sustentabilidade

Com base no modelo informático apresentado no evento Defender a Água e no âmbito do programa de sustentabilidade do Grupo Pestana, fizemos uma proposta de projecto formativo ao nível da Península de Setúbal.

A mesma procura contribuir para colmatar uma grande diferença de investimento público e desenvolvimento económico que existe entre as duas margens da Região de Lisboa. Utilizando o sector da água como uma oportunidade de reforço educativo e de promoção das pequenas e médias empresas locais.



O Futuro da Água

Proposta de parceria de sustentabilidade

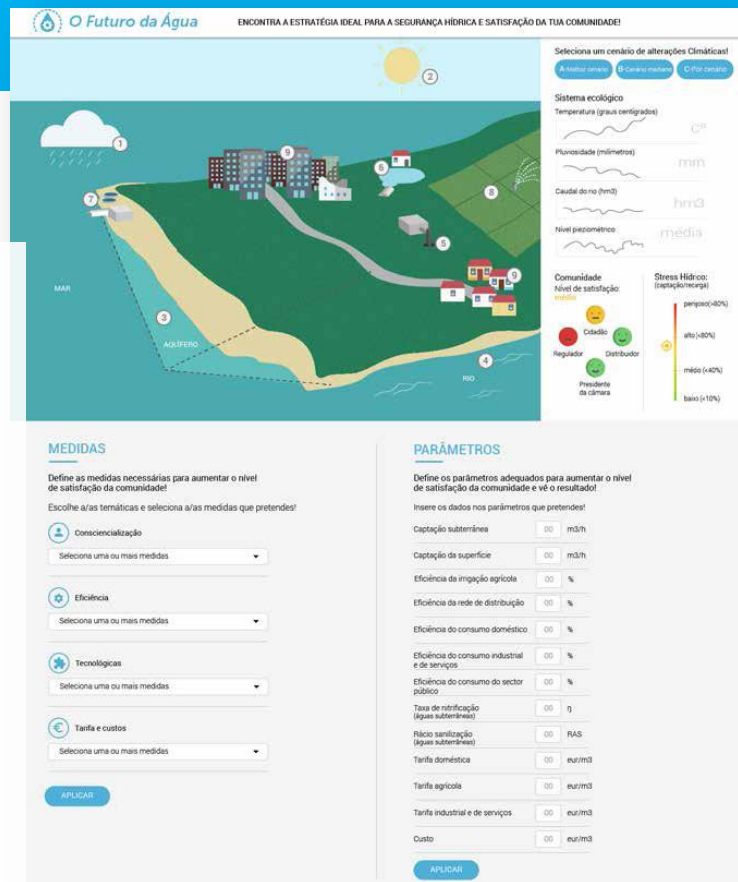
A proposta consiste em dois objectivos fundamentais:

A) Um Projecto Digital Educativo:

"O Dia da Água" centrado em jogos interescalas com base num simulador educativo de gestão hídrica ao nível regional, e

B) Capacitação de Gestores Hídricos Locais:

Um programa de formação em gestão hídrica, dos edifícios e do meio urbano, para profissionais e empresários. Este programa pretende dinamizar um serviço inovador de certificação hídrica do imobiliário.



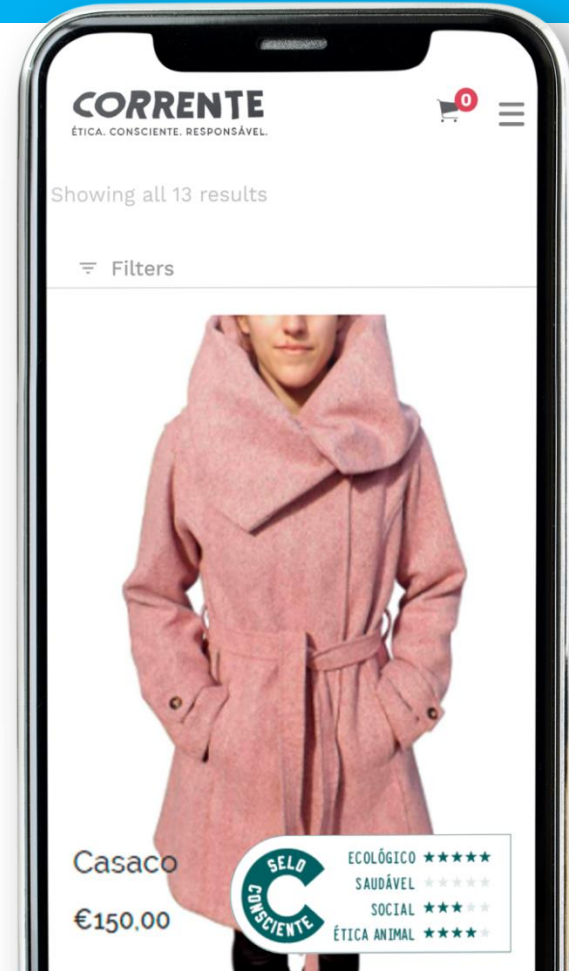
Maquete de Simulador Interactivo Web "O Futuro da Água"

Plataforma de Consumo Consciente

Visite o site em www.corrente.pt

Beta

Projecto
concluído



Plataforma de Consumo Consciente



Visite o site em www.corrente.pt

Beta

Projecto
concluído

Desenvolvemos em parceria com a Associação Um dia Puro, com o apoio das associações Ocupar Rés-do-Chão, Lusofonia Cultura e Cidadania, Cozinha Popular da Mouraria e da Câmara Municipal de Lisboa, uma plataforma digital onde se associa o respectivo impacto ecológico, social, na saúde ou de ética animal, aos produtos que se vendem. Através de um sistema de certificação (Selo Consciente), a plataforma dá aos consumidores a garantia de que os produtos que lhes interessam cumprem estritos princípios de sustentabilidade, desde a matéria-prima até ao produto final. Assim estas podem, facilmente e no meio que mais lhes convém, ter uma noção exacta do impacto das suas compras e fazer a sua escolha em consciência.



Apresentação de Maria Nolasco - Coordenadora de Projecto, no auditório da Câmara Municipal de Lisboa

Plataforma de Consumo Consciente

Visite o site em www.corrente.pt

Beta

Projecto
concluído

Marketing Digital para Micro-produtores Sustentáveis

A plataforma tem na sua base uma estratégia de integração de produtores de bairros prioritários no mercado digital de produtos sustentáveis.

Para os produtores esta é a segurança de que os seus produtos, depois de certificados, serão promovidos numa rede com presença online e estratégia de Marketing Digital desenhada à sua medida.

Assim, estes podem facilmente comercializar as suas peças e alcançar novos públicos, algo a que dificilmente teriam acesso individualmente.



Reunião ARS e Um Dia Puro, com rede de micro-produtores de bairros prioritários



Conferências e artigos



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa

Plano Metropolitano para a Adaptação às Alterações Climáticas

Participação



Plano Metropolitano para a Adaptação às Alterações Climáticas

Participação

A ARS esteve na segunda sessão de desenvolvimento do “Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML”, na qualidade de actor estratégico. O prognóstico é cada vez mais sério pois o que se vislumbra é a tendência para a seca permanente. No entanto, estamos confiantes que estamos no caminho certo pois este workshop foi um excelente exemplo de planeamento estratégico e trabalho conjunto, devido ao mérito da organização.



Presença de Luís Coruche – Presidente ARS, no auditório da Área Metropolitana de Lisboa

Artigos de opinião

Website ARS



PREVENIR UM “MEMORANDO DE ENTENDIMENTO” DA ÁGUA

Autores: Luís Coruche, Diana Lorena Este texto é uma reflexão sobre segurança hídrica, representa as opiniões dos autores e não necessariamente a da ARS A Associação para a Resiliência da Região de Lisboa (ARS), em colaboração com um grupo do Mestrado Europeu de Dinâmica de Sistemas, apresentou em Julho os resultados preliminares de uma análise ... [Continue a ler](#)



SE NÃO CUIDARMOS DA DEMOCRACIA, TEREMOS DE CUIDAR DA FALTA DELA

Autor: Luís Coruche Este texto representa a opinião do autor e não necessariamente a da ARS_RLX “Uma verdadeira democracia terá sempre o potencial de gerar políticas públicas mais inovadoras e eficazes ” Mais valias de uma democracia sólida Um sistema político dos cidadãos, organizado pelos cidadãos e para os cidadãos; com clara separação ... [Continue a ler](#)



Próximos passos



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa

Próximos passos

Consolidação Democrática

Desafios: Formar alianças institucionais para monitorizar o poder financeiro e político, como esperado, não tem sido fácil; dada não só a exigência técnica da análise proposta, mas também o potencial de tentativas de descredibilização do projecto que podem surgir por parte dos sectores em análise. Revelou-se por isso necessário, à partida, aumentar o número de parceiros e avançar para a campanha já com uma metodologia robusta. É também fundamental a expansão da base de associados e o aumento das receitas para se poder avançar com os devidos recursos. Em suma estamos a acumular potencial para garantir o maior impacto possível.

Próximos Passos:

- Estabelecer um *Focus Group* para validação especializada da metodologia da Agência Cívica de Rating
- Estabelecer uma parceria ao nível Europeu
- Lançamento do 1º objectivo da campanha:
Agência Cívica de Rating - Fase 1 Avaliação de Instituições
- Advocacia ao nível Internacional, Europeu e Nacional: Qual é o futuro da banca que queremos?

Próximos passos

Soluções Progressivas de Sustentabilidade

Desafios: Em 2018 ficou claro para a ARS que a Área Metropolitana tem um problema grave de descoesão socioeconómica entre margens. Sendo que a Península de Setúbal é a 4ª Região mais pobre do país e por pertencer a Área Metropolitana de Lisboa não é elegível para Fundos Europeus de Coesão. Nesse sentido, em 2019, o foco das iniciativas da ARS neste pilar serão nesta Península. Em relação a financiamentos institucionais, há um maior consenso, facilidade e recursos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Ainda assim as linhas de financiamento não abundam e são bastante exigentes e competitivas.

Próximos Passos:

- Candidatura ao Programa de Sustentabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian:

“Construção Estratégica de Segurança Hídrica – Península de Setúbal 2100”

- Proposta de Ensaio à Fundação Francisco Manuel dos Santos: “Resiliência Hídrica em Portugal”

- Candidatura a Financiamento Europeu: “Index de Resiliência Regional”

ars-rlx.org

ars_rlx@zoho.com

+ 351 920 144 210



Associação
para a Resiliência
da Região de Lisboa